

cescontexto

Bibliotecas públicas, políticas culturais
e leitura pública

Organização

Paula Sequeiros

Nuno Medeiros

Nº 23

Dezembro, 2018



Debates

www.ces.uc.pt/cescontexto

Propriedade e Edição/Property and Edition

Centro de Estudos Sociais/Centre for Social Studies

Laboratório Associado/Associate Laboratory

Universidade de Coimbra/University of Coimbra

www.ces.uc.pt

Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087

3000-995 Coimbra - Portugal

E-mail: cescontexto@ces.uc.pt

Tel: +351 239 855573 Fax: +351 239 855589

Comissão Editorial/Editorial Board

Coordenação: Ana Raquel Matos

ISSN 2182-908X

© Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, 2018.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

「Bibliotecas Públicas, políticas culturais e leitura pública」

6 e 7 de setembro de 2018
Casa dos Bicos, Fundação José Saramago (Lisboa)



José Martín Ramírez © Unsplash

Inscrições abertas em ces.uc.pt/eventos/bibliotecas-publicas apresentadoras/es 20 julho a 28 julho 2018
participantes 30 julho a 17 agosto 2018



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

Centre for Social Studies
University of Coimbra

CES | Alta
Colégio de S. Jerónimo
Apartado 3087
3000-995 Coimbra
Portugal
T +351 239 855 570

CES | Sofia
Colégio da Graça
Rua da Sofia, 136-138
3000-389 Coimbra
Portugal
T +351 239 853 649

CES | Lisboa
Picoas Plaza
Rua Viriato, 13 Lj 117/118
1050-227 Lisboa
Portugal
T +351 216 012 848

ces.uc.pt



Co-financiada:



Fotografia de José Martín Ramírez C, Unsplash.

Agradecimentos

A Conferência Internacional *Bibliotecas Públicas, Políticas Culturais e Leitura Pública*, organizada pelo CES, Universidade de Coimbra (UC), ocorreu em Lisboa, de 6 a 7 de setembro de 2018, na Casa dos Bicos, Fundação José Saramago. A realização contou com o apoio de:



Índice

<i>Paula Sequeiros e Nuno Medeiros</i>	
Que faremos com estas bibliotecas?	6
<i>Rui Matoso</i>	
O contributo das bibliotecas públicas para a efetivação da democracia cultural.....	11
<i>Margarita Pérez Pulido e Maurizio Vivarelli</i>	
La identidad de la biblioteca pública y el campo de la biblioteconomía social.....	35
<i>Maria Manuel Alves Rijo</i>	
Como envolver a comunidade com a Biblioteca através da arte?	47
<i>Débora Dias</i>	
Do privado ao público: a biblioteca pessoal e suas metamorfoses	57
<i>Carla Silva</i>	
A Biblioteca do Liceu Alexandre Herculano no Porto: entre políticas estigmatizantes e uma estratégia de mobilização social.....	72
<i>Paula Sequeiros</i>	
Na biblioteca pública, ler por prazer: uma mirada feminista	82

O contributo das bibliotecas públicas para a efetivação da democracia cultural

Rui Matoso,¹ Escola Superior de Teatro e Cinema e Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
rui.matoso@gmail.com

Resumo: A importância das bibliotecas para as comunidades locais é amplamente reconhecida na sociedade, designadamente porque cumprem os pressupostos de um serviço público de cultura, e porque de facto estes equipamentos contribuem para que exista ainda alguma vitalidade cultural no quotidiano das cidades. Neste trabalho pretende-se analisar o contributo das bibliotecas públicas para a efetivação da democracia cultural nos municípios portugueses, num contexto de descentralização e municipalização da cultura, bem como propor estratégias e práticas culturais transformadoras que visem a vitalidade cultural urbana. Defende-se igualmente que o papel das bibliotecas públicas na emancipação da sociedade civil só pode ser o de favorecer a expansão da criação cultural autónoma, crítica e plural dos cidadãos e das cidadãs.

Palavras-chave: Democracia cultural, participação ativa, políticas culturais, vitalidade cultural, governação municipal.

Introdução: bibliotecas municipais, cidades e políticas culturais

Aquilo que a poesia cumpre em relação ao poder de dizer e a arte em relação aos sentidos, a política e a filosofia têm de cumprir em relação ao poder de agir (Agamben, 2007: 49).

Numa época em que assistimos à emergência global de “neofascismos” a par das forças de radicalização do neoliberalismo, do capitalismo de catástrofe e da aplicação da “doutrina do choque” (Klein, 2007), se a sociedade politicamente organizada não acionar processos de redemocratização da esfera pública e das instituições, pode estar em causa, como avisa Boaventura de Sousa Santos (2016), a própria sobrevivência da democracia, pois as novas ditaduras do século XXI “vão surgir sob a forma de democracias de baixíssima intensidade. Serão ditaduras que se apresentam como ditamoles ou democraduras”.

No que concerne à mudança de padrão do próprio capitalismo na sua mais recente mutação, designado aqui como Capitalismo Cognitivo (Boutang, 2011), observa-se que este novo paradigma promove, paradoxal e irracionalmente, cortes orçamentais violentos nas

¹ Investigador e doutorando em Ciências da Comunicação e da Cultura, no laboratório CICANT da Universidade Lusófona (ULHT, Lisboa). Membro da European Communication Research and Education Association. Docente em regime precário na Escola Superior de Teatro e Cinema e na Universidade Lusófona. É Mestre em Práticas Culturais para Municípios – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (2008), tendo anteriormente realizado uma Pós-Graduação em Gestão Cultural na ULHT (2006).

formas de produção cultural em que baseou o seu próprio desenvolvimento histórico, i.e., nos modelos de produção das artes, nas ciências e na educação.

No campo das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), o desenvolvimento de uma cibernética de vigilância, associada às máquinas ideológicas de propaganda, ao controle e à manipulação das consciências, é um dos sinais mais preocupantes no que concerne à resiliência das comunidades locais, designadamente, de resistência à dominação simbólica. Nestas circunstâncias-limite urge reinstaurar o poder da sociedade civil e das instituições públicas na reformulação de uma democracia de alta intensidade.

A construção de um projeto de desenvolvimento humano para a liberdade carece de uma valorização da cultura popular, assim como do incentivo à criatividade e à participação ativa da população. As políticas culturais aparecem, portanto, como importante meio para fomentar tal envolvimento da sociedade com o desenvolvimento e a transformação, através de processos de elaboração, deliberação e realização plural de projetos. Consequentemente, os governos locais, devem reconhecer que os direitos culturais são parte indissociável dos direitos humanos, assumindo que a liberdade cultural dos indivíduos e das comunidades é condição essencial da democracia.

Isto pressupõe assumir claramente que “o desenvolvimento” não é um estado definitivo ou uma teleologia, nem se limita apenas a satisfazer necessidades básicas das comunidades. Não podendo por isso confundir-se meramente com a ideologia do crescimento económico, a qual representa hoje a evidência de uma propaganda criminosa que ao longo das últimas décadas, em vez de desenvolvimento, nos vendeu a destruição massiva de ecossistemas e de comunidades.

A perspetiva cultural do desenvolvimento implica portanto uma noção de desenvolvimento endógeno, para que os atores sociais possam mudar-se a si próprios através da criatividade social, em vez de continuarem presos a imposições externas, reclamando o entendimento de que a cultura é constitutiva da sociedade, ou seja, que não há sociedade sem cultura. Mas exige ainda:

1. Uma política cultural do desenvolvimento, i.e., a cultura como “consciência” do desenvolvimento;
2. Uma política de desenvolvimento da cultura: reforço da democracia e diversidade cultural, participação culturalmente orientada (identidades abertas e plurais);
3. Concebê-la como criação coletiva, de grupos, de sociedades, e como processo global em que se empenham os agentes sociais enquanto protagonistas, sujeitos e não apenas objetos das dinâmicas sociais, através da participação;
4. De forma a assegurar a cada um a possibilidade de contribuir para a formação de ideias e participar na definição das opções que determinam o futuro (*Declaração Europeia sobre os objetivos Culturais*, 1984).

O desígnio da democracia cultural vem sendo protelado há décadas em Portugal, com maior evidência e constrangimentos à escala da governação municipal, onde a sua concretização seria mais óbvia. É no âmbito de uma certa urgência centrada na reflexão acerca das estratégias, das políticas e de práticas culturais transformadoras, catalisadoras da vitalidade cultural dos territórios, que pretendemos analisar o contributo das bibliotecas públicas para a efetivação da democracia cultural nos municípios portugueses, num contexto político marcado por uma renovada vontade descentralizadora.²

O ano de 1986 marca o início da intervenção do Estado na conceção de uma Rede de Bibliotecas Municipais, tendo como pressuposto a definição de uma política nacional de Leitura Pública. Foi para o efeito um grupo de trabalho pluridisciplinar diretamente

² Publicada a 16 de agosto de 2018, a lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais (Lei n.º 50/2018), vem definir o quadro jurídico da descentralização.

dependente da Secretária de Estado da Cultura, Teresa Patrício Gouveia, designado para planificar a intervenção do Estado neste setor.

As conclusões do estudo foram plasmadas no relatório *Leitura Pública: Rede de Bibliotecas Municipais* (Moura, 1986), documento onde se apresentava a proposta para a criação de uma Rede Nacional de Leitura Pública, tendo como unidade básica o concelho. A proposta passou a constituir a base do *Programa Rede Nacional de Bibliotecas Municipais*, mais tarde designado Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.³ O modelo de implementação do referido Programa sustenta-se no conceito de biblioteca pública definido pelo *Manifesto da UNESCO* (1994), documento universal orientador daquilo que se entende como sendo um serviço público de bibliotecas municipais, bem como da política que deve presidir à sua criação e desenvolvimento.

Atualmente existem em Portugal cerca de 303 bibliotecas municipais, com valências gratuitas para os utilizadores, como, entre outros, acesso à Internet, requisição de livros e suportes audiovisuais. A importância das bibliotecas para as comunidades locais é amplamente reconhecida na sociedade, designadamente porque cumprem os pressupostos de um serviço público de cultura, e porque de facto estes equipamentos contribuem para que exista ainda alguma vitalidade cultural no quotidiano das cidades. Além disso, assumem um papel relevante no combate às desigualdades e à exclusão social – são um serviço gratuito e universal - e, por isso, adquirem também o estatuto de bem comum cultural ao dispor de todos e de todas.

Referindo-se ao contexto cibernético proporcionado pelas TIC, mas também ao paradigma das redes e aos desafios da Sociedade da Informação e de Conhecimento, em que as bibliotecas estão inseridas há já algum tempo, Fernanda Figueiredo considera que

tendo em conta estas responsabilidades e a realidade atual das bibliotecas da rede verificamos que não atingimos ainda um nível satisfatório de desenvolvimento no que respeita à utilização das TIC nas bibliotecas, principalmente na vertente de criação e disponibilização de serviços e conteúdos ao público, assim como na utilização das potencialidades da tecnologia para atualizar o conceito de rede (2004: 69-70).

Passados 15 anos da publicação deste texto no Caderno BAD nº1, podemos-nos interrogar novamente sobre o estado da arte da literacia tecnológica promovidas pelas bibliotecas municipais, quando sabemos que vivemos hoje imersos em ambientes digitais, como peixes num aquário de águas simbólicas, altamente condicionados por gigantescos poderes multinacionais que influenciam o acesso aos conteúdos difundidos.

Portanto, mais do que o simples acesso passivo à informação como ato de receção, é a produção de conhecimentos críticos que nos deve inquietar e mobilizar, o conhecimento como atividade, como acréscimo e construção de si e do mundo. Pois, também sabemos que os media, da televisão à Internet, têm sido implacáveis na produção de subjetividades dóceis.⁴ Num mundo sujeito ao excesso de informação, o desempenho das bibliotecas municipais no agenciamento de subjetividades emancipadas não pode ser subestimado. Antes pelo contrário, deverá ter o protagonismo necessário e suficiente para provocar, na sociedade civil, *habitus* ancorados na produção e na difusão de mundividências alternativas ao *status quo*.

É também por isso que não nos deve satisfazer a retórica neoliberal no entendimento da dimensão cultural urbana como mero dispositivo funcional e eficaz na produção de bens e serviços aptos a circular nos mercados livres mundiais. A dimensão cultural é acima de tudo um fenómeno coletivo e intersubjetivo resultante da inscrição, da perceção e do conhecimento produzidos através do contacto com os objetos culturais.

³ <http://bibliotecas.dglab.gov.pt/>.

⁴ «É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado» (Foucault, 1987: 118).

Para que se cumpra, e se atualize, o potencial de intervenção das instituições públicas de cultura, neste caso das bibliotecas municipais, há necessidade e urgência de se reequacionar o substrato político em que estão enraizadas. O que equivale a transformar o paradigma de políticas culturais, em sentido amplo e sectorial, no rumo da revitalização cultural das nossas cidades.

Capitalismo cultural e cognitivo – revolução eletrónica

Dinheiro e linguagem têm algo em comum: eles não são nada e mesmo assim movem tudo (Berardi, 2012: 1).

O que capitaliza o capital é o poder semiótico (Guattari, 1981: 191).

Fazendo uso da reconhecida fórmula das três fases do capitalismo⁵ de Ernest Mandel, Fredric Jameson em, *Culture and Finance Capital* (1997), descreve o capitalismo tardio como estágio especulativo da expansão financeira, uma espécie de vírus desenvolvendo-se numa epidemia lançada pela máquina capitalista, ou seja, pela “descodificação generalizada de fluxos, pela desterritorialização massiva e pela conjugação de fluxos desterritorializados (...) refletindo-se na descodificação dos Estados pelo capital financeiro e pelas dívidas públicas” (Deleuze e Guattari, 1983: 232).

A afinidade entre poder e saber, evidenciada por Michel Foucault (2010:30), reclama a nossa atenção para a conexão íntima entre capitalismo e conhecimento. O poder produz saberes, mas também fabrica ignorância. Não havendo relação de poder sem a constituição de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Assim, parece-nos evidente, que as interferências provocadas pelas atuais tecnologias na estrutura da rede neuronal dos nossos cérebros (neuropoder), exigem novas formas de resistência cultural, antagonistas das formas de governamentalidade ancoradas no controle e submissão das subjetividades.

A difusão de uma certa “miséria simbólica” é a característica que Bernard Stiegler usa para descrever a época em que o simbólico é controlado e produzido tendo em vista o condicionamento e a substituição da experiência directa. Nesta situação, avisa Stiegler (2004:13), o abandono do pensamento político pelo mundo das artes e da cultura, resultará numa catástrofe.

Entre os teóricos críticos, existe a convicção de que atualmente o poder dominante é exercido mediante máquinas que organizam diretamente os cérebros e os corpos, com o objetivo de criar um estado de alienação permanente, independente do *mundo da vida*.⁶ As noções de *Capitalismo Semiótico* (Berardi, 2010), de *Império* (Negri e Hardt, 2001) ou de *Sociedade de controle* (Deleuze, 1992), atualizam o conhecimento acerca dos mecanismos de exploração do *Intelecto Geral*, já delineada por Marx no manuscrito *Grundrisse*⁷, para

⁵ Em *Der Spatkapitalismus* (1972), Ernest Mandel apresenta três fases do desenvolvimento capitalista: na 1ª fase, o capitalismo de mercado favorece o crescimento do capital industrial; numa 2ª fase, o capitalismo de monopólios que surge pela década de 1960 é marcado pelo desenvolvimento imperialista dos mercados internacionais e pela exploração das ex-colónias; a 3ª fase é designada como capitalismo tardio, e verifica-se na atualidade pela expansão das multinacionais, pela globalização dos mercados e intensificação dos fluxos internacionais de capital. Esta última fase é considerada mais propriamente como uma crise de reprodução do capital do que por um novo estágio de desenvolvimento, uma vez que o crescimento do consumo e portanto, da produção, tornar-se-iam insustentáveis devido à exploração intensiva de matérias-primas e à destruição da natureza.

⁶ Na conceptualização de Jürgen Habermas, a acção comunicacional, característica do Mundo da Vida (*Lebenswelt*), ficou à mercê da acção estratégica e os sistemas de dominação invadiram o Mundo da Vida, ameaçando-o e colonizando-o através da racionalidade técnico-instrumental.

⁷ «A natureza não constrói máquinas, nem locomotivas, ferrovias, telégrafos elétricos, etc. Estes são produtos da indústria humana; material natural transformado em órgãos da vontade humana sobre a natureza, ou da participação humana na natureza. Eles são órgãos do cérebro humano, criado pela mão humana; o poder do conhecimento, objetivado. O desenvolvimento do capital fixo indica em que medida o conhecimento social geral se tornou uma força directa de produção, e em que grau, portanto, as condições do próprio processo de vida social estão sob o controle do intelecto geral e foram

constatar o modo como a criação de capital fixo captura e objetiva o conhecimento social, e com isso a vida social em si mesma, e os transforma em força de produção capitalista.

De acordo com a crítica marxista da economia burguesa (Marx, 1977), os instrumentos de produção constituintes da infraestrutura económica da sociedade condicionam as formas de existência e de consciência social. Ou seja, o modo e as relações de produção das condições materiais de vida, condicionam os processos sociais, políticos e intelectuais. Nesse sentido, não é a consciência social que determina as circunstâncias históricas em concreto, mas são as condições da produção (instrumentos e relações) que determinam as possibilidades da consciência.

De entre essas condições, diríamos que, na atualidade, o acesso generalizado aos novos *media*, às redes digitais e aos computadores, é potencialmente gerador de novos meios e relações de produção favoráveis à re-organização e à consciencialização dos movimentos sociais, e por conseguinte, ao incremento da dissensão na esfera pública e no combate tanto à produção operacional do consenso como à inércia societal.

Este breve preâmbulo marxista serve o intuito de convocar a *Revolução Electrónica* (Burroughs, 1994), de modo a posicionarmos-nos na esfera do agonismo cibernético contemporâneo. A revolução eletrónica pode ser analisada sob dois prismas fundamentais: por um lado, no que concerne aos aspetos técnicos da génese e desenvolvimento das tecnologias; e por outro, nos usos das suas possibilidades criativas (e subversivas). Neste caso, consideramos igualmente incorreto, tal como Hans Magnus Enzensberger, conceber as TIC apenas como meios de consumo e mediação de informação, dado que devem ser tidas, principalmente, enquanto meios de produção cultural:

Os gravadores de fita, as câmaras comuns e as câmaras de filmar já são de forma extensiva possuídos por pessoas assalariadas. A pergunta é porque esses meios de produção não aparecem em fábricas, em escolas, nos escritórios da burocracia, em resumo, em todo o lugar onde há conflito social. [...] Só um esforço coletivo, organizado, pode demolir esses muros de papel. "[Imaginam-se] "modelos de comunicações do tipo em rede assentes no princípio da reversibilidade dos circuitos [...] um jornal de massas, escrito e distribuído pelos seus leitores e leitoras, uma rede de vídeo de grupos politicamente ativos (Enzensberger, 1970: 259).

A designação genérica de "novas economias" resulta, enquanto reterritorialização do capital financeiro flutuante do pós-fordismo, em sub-categorias amplamente divulgadas⁸. Em comum, estas economias emergentes apresentam um novo modelo de mercado de trabalho sustentado na premissa da flexibilidade laboral, trabalho *freelance*, hiperflexibilidade contratual e precarização. Se associarmos à precarização do proletariado cognitivo (cognitariado: investigadores, professores, artistas, ...) o diminuto financiamento público às universidades ou à criação artística, importa então questionar, que processos de subjetivação individual e coletiva podem ocorrer no contexto do capitalismo cognitivo?

Independentemente da resposta cabal àquela pergunta, o que parece ser inevitável é a tendência para o capitalismo se tornar um fator de *descivilização* e de regressão tecnológica e intelectual, pois, ao explorar as energias neuro-psíquicas influi negativamente nas formas de individuação coletiva e individual. Numa fase mais feroz e destrutiva como a atual, onde é saliente o ataque do capital ao *cognitariado*, é notória a subjugação da investigação científica à lógica global da mercadorização e à naturalização de uma racionalidade económica predadora.

transformadas de acordo com ele; até que ponto os poderes da produção social foram produzidos, não só na forma de conhecimento, mas também como órgãos imediatos da prática social, do processo de vida real.». Karl Marx, *The Grundrisse*, 1858. [tradução nossa].

⁸ Sub-categorias, tais como: Economia do Conhecimento, Economia da Cultura e da Criatividade ou Economia da Informação.

Não se trata já de interpretar o mundo, avisou-nos Marx, mas sim de transformá-lo. A *multitude* que reúne esforços para combater o *Império* é multiforme, um conjunto proliferante e caótico de singularidades de atores e redes, gerador de ontologias plurais, muitas delas ainda desconhecidas. Formadas a partir das reticulações entre o operariado cognitivo e imaterial, ativistas e movimentos sociais, trabalhadores precários, entre outras ontologias desesperadas por ganhar existência e poder para agir no mundo.

As potencialidades de mobilização diretas dos meios de comunicação tornam-se ainda mais claras quando eles são conscientemente usados durante fins subversivos. A sua presença é um fator que aumenta imensamente a natureza demonstrativa de qualquer ato político (Enzensberger, 1970: 269).

Ao longo destes últimos anos, marcados pela ciberguerra, pelo terrorismo e por políticas securitárias promotoras do *Estado de Exceção*, tomado agora como paradigma normal de governação e cada vez mais caracterizador do *modus operandi* de Estados ditos “democráticos”, artistas e escritores vêm contrapondo, de forma mais individual ou coletiva, diversas acções de resistência. Em 2013, na sequência das revelações de Edward Snowden, 562 escritores, incluindo 5 Prémio Nobel, de mais de 80 países, lançaram uma petição à escala mundial, em defesa das liberdades civis e contra a vigilância efetuada por corporações e governos.

Redes, democratização e descentralização da cultura

O Estado não deve desempenhar funções que pertencem aos indivíduos e à sociedade, sobretudo quando se apropria de atividades não para as fazer funcionar melhor, mas para aumentar o seu poder (Fernandes, 2014: 74).

Com a aprovação da Lei-Quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais (Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto), a dimensão cultural fica reduzida a umas míseras quatro alíneas do Artº 15, e praticamente despida de qualquer sentido democrático e da sua importância vital para os territórios. Observa-se desde logo a pobreza semântica do legislador, e mais grave, o tom “salazarista” - logo, inconstitucional - das expressões utilizadas: “c) Executar o controle prévio de espetáculos, bem como a sua fiscalização, autorizando a sua realização quando tal esteja previsto”.

A infeliz expressão: “Executar o controle prévio de espetáculos” é de facto indigna de um Estado de direito e democrático, uma vez que em democracia não é permitido ao Estado, nas suas múltiplas instâncias, exercer o controle prévio de iniciativas culturais. Aquelas palavras de ordem nem sequer têm lógica ou adesão à realidade do atual contexto administrativo. O Dec. Lei n.º 23/2014 de 14 de fevereiro, que aprova o regime de funcionamento dos espetáculos de natureza artística e de instalação e fiscalização dos recintos, através da Inspeção-Geral das Atividades Culturais (IGAC), contradiz, e bem, a linguagem autoritária herdada do antigo regime.

Em Portugal, a descentralização não encontra aliás raízes profundas, à semelhança dos países com um historial de tradições autoritárias, porém, segundo afirmam os historiadores, o país possui uma longa tradição municipalista, consagrada na Constituição da República Portuguesa (CRP). No caso em questão, e observando o histórico de alterações da legislação relativa à descentralização da cultura, vai-se perdendo o entendimento de quais são, afinal, as competências das autarquias em matéria de cultura. E, a única coisa que vai crescendo a olhos vistos é a pobreza da mentalidade política cultural ao nível local.

Propositadamente, ou por ignorância intrínseca, o certo é que, para além da visão tecnocrática e neoliberal aplicada atualmente à administração da cultura local, é o próprio Partido Socialista que parece ignorar o legado dos *Estados Gerais* (1995: secção X) no que

concerne à descentralização cultural. Na apresentação das linhas programáticas para a cultura, pode ler-se:

Descentralizar é hoje muito mais do que permitir às regiões periféricas um contacto meramente pontual e casuístico com actividades culturais exteriores. Torna-se também indispensável dotar cada vez mais as regiões do País dos meios necessários à concretização de uma vida cultural que, salvaguardando a especificidade de cada sector de actividade artística, incorpore uma componente cada vez mais significativa de iniciativa própria, capaz de conduzir, tanto quanto possível, a perfis culturais diversificados e autónomos.

Nessa que foi uma das épocas mais prolíficas das políticas culturais em Portugal, com Manuel Maria Carrilho como Ministro da Cultura, é possível encontrar dois dos vetores fundamentais da descentralização e correlativa municipalização da cultura. Por um lado, salienta-se que o fundamental num processo de descentralização cultural está para além de promover o contacto das populações com a oferta cultural existente – leia-se, a descentralização deve ultrapassar as políticas do “acesso” e a mera democratização da cultura cujo paradigma reside na acessibilidade à cultura legitimada. Por outro, afirma-se que a descentralização reside na necessidade de dotar o país dos meios necessários à concretização de uma vida cultural que incorpore uma componente cada vez mais significativa de iniciativa própria, capaz de conduzir, tanto quanto possível, a perfis culturais diversificados e autónomos. Ou seja, é proposta a defesa e a promoção de medidas em favor de:

1. Mudança de paradigma, da democratização (descentralização da oferta) à democracia cultural (produção própria);
2. Vitalidade cultural endógena dos territórios;
3. Existência de meios e condições dirigidas à produção cultural local por iniciativa própria dos cidadãos e com autonomia;
4. Diversidade cultural.

A maioria dos autarcas defende que só pode haver descentralização com a entrega aos municípios do respetivo financiamento (envelope financeiro) e de recursos humanos suficientes. Apesar de as reivindicações financeiras dos autarcas serem plausíveis, a justiça desta pretensão deve depender de uma rigorosa análise da gestão, das estratégias e das políticas culturais dos municípios. No que respeita aos orçamentos para a cultura, sabe-se que as Câmaras Municipais, no seu conjunto, investem mais do que o montante inscrito para a cultura no Orçamento Geral do Estado. O Inquérito de 2015 ao *Financiamento Público das Atividades Culturais, Criativas e Desportivas*, (INE), informa que as Câmaras Municipais afetaram 392,2 milhões de euros às atividades culturais e criativas. Comparativamente, a proposta de Orçamento do Estado para 2015, contou com 219,2 milhões de euros para a cultura.

No domínio das bibliotecas e da leitura pública, o programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas foi criado com o objetivo de dotar todos os municípios portugueses de uma biblioteca, e aos quais compete a sua tutela e gestão. Porém, passados mais de 30 anos da instituição desta Rede, devemos considerar que a envolvente contextual se alterou significativamente (social, tecnológica e culturalmente), pelo que urge redefinir estratégias e reformular a política cultural para o sector.

As políticas de descentralização verificadas no sector da leitura pública (rede de bibliotecas), na difusão das artes do espetáculo ou nos museus municipais, não geraram automaticamente novas centralidades culturais no território nacional.

É facilmente verificável que a criação de novas centralidades depende, em grande medida, das estratégias e das políticas culturais locais e das iniciativas organizadas por estruturas associativas, propiciadas por novos equipamentos e projetos que se tornaram referências no panorama contemporâneo da oferta cultural.

No entanto, ainda que com alguma precaução, é comum reconhecer que a descentralização contribuiu, de algum modo, para o desígnio da democratização da cultura – um propósito fundado no aumento e na descentralização da oferta, bem como na ampliação do número e perfil social dos praticantes culturais. Contudo, a precaução a que aludimos deve-se muito ao problema, sobejamente conhecido nos estudos da sociologia da cultura, da avaliação dos resultados e efeitos das políticas apostadas na democratização através do aumento e descentralização da oferta cultural:

É o facto destas não gerarem automaticamente um alargamento social dos públicos (...) alguns dos investimentos efectuados não se fizeram acompanhar de outros igualmente indispensáveis para a valorização e mobilização das dinâmicas culturais locais, capazes de incentivar a participação de populações menos familiarizadas com as artes e a cultura. Em muitas cidades e concelhos onde se realizaram importantes investimentos infra-estruturais não existe ainda um retorno equilibrado relativamente à procura de bens e serviços aí gerados (Gomes e Lourenço, 2009:12-13).

Por um lado, uma política cultural autárquica não se pode resumir à reprodução da política efetuada à escala nacional, porquanto é ao nível dos territórios concretos que as “condições de cultura” têm de ser criadas, tendo em vista que a fruição e as práticas culturais se destinam a todas as pessoas. E, por outro, a qualidade da vitalidade cultural dos municípios, e mais propriamente das cidades que são sedes de concelho, não se resume à existência de serviços públicos tutelados pelas autarquias.

A necessidade de se transcender o paradigma da democratização não significa abandonar os objetivos visados pelo financiamento público à produção cultural, à sua mediação e difusão, ou sequer à programação dos equipamentos culturais municipais. Antes pelo contrário, requer:

- Um aprofundamento das estratégias de alargamento da base social dos públicos;
- A redução das barreiras e a ampliação das condições de acesso à oferta cultural;
- A diversificação nos modos de receção e de apropriação da arte e da cultura;
- A formação de novos públicos para a cultura;
- A dessacralização das formas de cultura cultivada (erudita), aproximando-a das populações e dos seus quotidianos;
- A inclusão de novas expressões culturais e artísticas;
- O alargamento do universo dos criadores culturais e a dessacralização dos critérios de hierarquização da produção intelectual e artística.

O conceito de “rede” aplicado aos equipamentos culturais, às cidades e a outras entidades, vem sendo cada vez mais utilizado em estratégias de ação coletiva. Mas podemos questionar, nas circunstâncias que caracterizam a complexidade das sociedades contemporâneas, se esta nova vaga de redes cumpre a função de serem geradoras de comunidades interpretativas e de praticantes culturais, nos seus territórios de influência. No entendimento de Luiz Oosterbeek,

O ordenamento do território deve privilegiar menos as redes de equipamentos e mais as redes de interesses interpessoais, concitando a participação das pessoas em processos de cidadania ativa. Entendemos que tal participação só poderá ser conquistada na medida em que ocorra uma real transferência de poder para essas pessoas. Tal não significa que os equipamentos não são necessários (são uma óbvia pré-condição), mas apenas que antes de projectar equipamentos e espaços há que programar, de forma participada e com base em análises prospectivas, redes de interesses. Neste quadro, é essencial estar atento às novas dinâmicas locais e à criação de novas centralidades, que em muitos casos demandarão equipamentos polivalentes. Identificar os grupos humanos envolvidos, identificar o(s) seu(s) território(s) e escutar os seus interesses é a base de um qualquer ordenamento eficiente, também no plano cultural (2007: 36).

Na nossa contemporaneidade cibernética, onde praticamente todos os indivíduos, instituições e objetos se encontram conectados numa gigantesca rede à escala global (*Internet*

das Coisas), o conceito operativo de “redes” torna-se de facto paradoxal. Vivemos hoje imersos numa infinidade de redes-de-redes-de-redes..., numa espécie de *mise-en-abîme* reticular.

O problema estudado por Bruno Latour é, em suma, o da cartografia do agenciamento coletivo ou a articulação entre múltiplos elementos em interação e o modo como as relações se modulam sob efeito das ações lançadas a cada momento na rede. Neste contexto, os atores e as suas ações são vistos como interdependentes e não como unidades independentes e autónomas. Se atendermos à sua noção de *Actor-Network*, verificamos que não existe dicotomia “ontológica” entre ator (nó da rede) e as conexões (*links*) que dão corpo à rede em si mesma, pois são dois elementos revertíveis (2011: 800).

No âmbito das políticas de descentralização e municipalização da cultura, a Direção-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas (DGLAB), trinta e dois anos depois da criação da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, tem vindo a incentivar os municípios a criarem redes intermunicipais entre bibliotecas. O 1º Encontro das Redes Intermunicipais de Bibliotecas Públicas⁹ ocorreu no passado dia 5 de junho de 2018, em Seia, e desde então multiplicam-se os esforços visando desenvolver uma estratégia de criação de redes intermunicipais de bibliotecas públicas.

Não duvidamos da nobreza das intenções que motivam a criação desta nova tipologia de redes de bibliotecas à escala intermunicipal, até porque, em termos objetivos, a criação da Rede Nacional foi bastante bem sucedida, se a compararmos com a de outros equipamentos municipais, designadamente com a Rede Portuguesa de Museus, constituída no ano 2000, mas cuja existência efetiva tem conhecido diversos contratemplos e inatividade ao longo destes anos. Já quanto aos teatros municipais, a comparação é impossível, uma vez que esta rede ainda não foi sequer alvo de aprovação em sede parlamentar, apesar dos diversos projetos de lei apresentados.

A resiliência da rede de bibliotecas é sinal de uma atividade estruturante e estruturada dos agentes ligados ao sector da leitura pública, mas também pelo motivo de ter sido um programa bem fundamentado desde o início. Contudo, como pudemos verificar no capítulo anterior, o contexto cultural da contemporaneidade apresenta características muito diversas daquelas que marcavam o acesso ao conhecimento nas décadas anteriores. Porém, hoje, não basta afirmar que o acesso gratuito à Internet e às TIC instaladas nas bibliotecas favorece a democratização do conhecimento e da literacia, porque esse acesso está desde logo condicionado pelo próprio funcionamento das redes digitais, das plataformas e da infraestrutura técnica e económica que a suporta.

Os sistemas económicos moldam as redes que eles mesmos criam e, à medida que as redes se tornam mais integrantes da vida quotidiana, são, por sua vez, moldadas pelas forças do capital. Daqui podemos concluir que o fenómeno das redes não é neutro, nem que está isento dos interesses em jogo a cada momento.

A história da Internet ilustra como esse processo se desenrolou. A Internet começou como uma rede que incorporava as relações do tipo *peer-to-peer* – uma rede que ligava dois ou mais nós (utilizadores) através dos endereços virtuais (URL) dos dispositivos informáticos, sem a mediação de motores de pesquisa ou de ambientes pré-formatados como hoje é o caso do *Facebook* ou de outras plataformas similares. No entanto ela foi sendo reformulada pela economia capitalista em proveito de uma topologia cliente-servidor ineficiente e não-livre, originado uma espécie de armadilha gigantesca onde os utilizadores são aprisionados para fins de marketing e propaganda ideológica. Aliás, é curioso pensarmos na ideia de “rede” (telemática) como metáfora das redes usadas na pesca ou na caça, pois

⁹ <https://www.bad.pt/noticia/2018/04/26/1o-encontro-de-redes-intermunicipais-de-bibliotecas-publicas-5-de-junho-em-seia/>

ambas servem para capturar. Num caso capturam-se animais, no outro captura-se a atenção e as emoções dos utilizadores.

Se pretendemos contribuir para a reflexão em torno de um serviço público de cultura fundamental para a liberdade dos cidadãos e para o desenvolvimento do pensamento crítico e da criatividade, devemos questionar-nos acerca do que devam ser hoje as práticas de literacia, sabendo de antemão que o desenvolvimento tecnológico alterou substancialmente o paradigma cognitivo e os modos de agenciamento dele derivados.

Em síntese, no campo da literacia cognitiva e visual é com um novo horizonte pós-simbólico que nos confrontamos no nosso quotidiano cibernético. Uma tecnoesfera onde proliferam *imagens operacionais*, as quais não são já produzidas para o olhar humano, como até aqui tinham sido as imagens técnicas convencionais produzidas para fins científicos, estéticos, educativos ou de entretenimento. Ou seja, em vez de simplesmente representar as coisas do mundo, as máquinas de visão (*vision machines*) e as suas imagens começaram a desenhar ações no mundo, i.e., operam agenciamentos não-humanos e impercetíveis, com efeitos na vida social (Matoso, 2016).

Deste modo, a questão que nos colocamos, é a de saber se a estratégia para a criação de redes intermunicipais para as bibliotecas públicas, contem, para além dos objetivos instrumentais e funcionais intrínsecos à redefinição da tipologia organizacional, um renovado posicionamento que possibilite às bibliotecas municipais um novo fulgor da sua função de serviço público cultural num contexto marcado pela transmutação dos *media* digitais e do seu impacto na fruição e na criação cultural como direito constitucionalmente consagrado.

Neste aspeto, urge saber, e discutir, se a reinstituição das bibliotecas como motores fulcrais da democracia cultural é apenas resultado de uma racionalidade política fundada em requisitos de eficácia conforme aos modelos da prestação de serviços públicos, ou se radica num outro paradigma de transformação das políticas culturais, ou seja, de uma nova geração de políticas culturais transformadoras (Matoso, 2014).

A urgência da democracia cultural

A esta relativamente crescente visibilidade do cultural, não chegou a responder uma política cultural que, de modo articulado e sistemático, acompanhasse e estimulasse as mudanças emergentes na sociedade civil (Santos, 2004: 411).

A vida urbana supõe que aconteçam encontros, confrontos e diferenças, conhecimento e reconhecimento recíprocos (em que se inclui o combate ideológico e político) dos modos de viver, *patterns* que coexistem na cidade (Lefèbvre, 2012: 28).

Diante de um Séc. XXI globalmente turbulento, e em sociedades altamente complexas e de risco como aquelas em que vivemos, surge a necessidade de olhar para a história, como sugere a pintura de Paul Klee (*Angelus Novus*), para melhor nos confrontarmos com o futuro. E, desse modo, voltar a dirigir a nossa atenção para o contrato social que a sociedade civil (o povo soberano) plasmou na Constituição da República Portuguesa (CRP), em 1976.

Falar hoje de democracia é quase como falar de uma miragem no deserto instaurado pelo populismo e pela ressurgência de governos neofascistas um pouco por todo o planeta. Na Europa, no Brasil, na Ásia ou nos Estados Unidos, vão sendo eleitas figuras obscuras que medram na cena política movidas pelo ódio aos direitos humanos e à diversidade sociocultural. Estas novas reencarnações do totalitarismo vêm fomentando um estado de guerra permanente, e um antagonismo bélico contrário à condição de uma política democrática.

A questão fundamental é saber se o ódio à democracia (Rancière, 2006) se consegue perpetuar através das leis, dos instrumentos e das instituições da democracia formal, sob as

quais se exerce o poder. Ou, se pelo contrário, a luta contra essa aparência de democracia se transforma na via de construção de uma democracia “real”, uma democracia onde a liberdade e a igualdade não estariam somente representadas nas instituições da lei e no Estado, mas encarnadas nas formas da vida material e da experiência sensível.

Na nossa atualidade pós-política, em que o discurso dominante tenta obstruir a própria possibilidade de uma alternativa à ordem instaurada, todas as práticas que possam contribuir para a subversão e a desestabilização do consenso neoliberal hegemónico são bem-vindas (Mouffe, 2014).

Se analisarmos corretamente o estabelecido no nosso Direito Constitucional Cultural, torna-se evidente que num Estado de direito, o que lhe compete é a garantia da liberdade cultural e a proteção dos direitos fundamentais à cultura. De modo abreviado e objetivo, diríamos que a CRP estabelece explicitamente que o Estado (governo e autarquias), não pode incorrer nas tentações (totalitárias) de instrumentalização da cultura e da programação cultural.¹⁰

A democracia, ao contrário da democratização, significa democratizar e socializar os meios de produção, distribuir recursos, criar condições para que os diversos grupos sociais construam as suas práticas culturais em liberdade. Sendo um garante do Estado democrático e de direito, a CRP não é o único instrumento jurídico de protecção das liberdades e dos direitos culturais. À escala internacional e europeia outros instrumentos existem, tais como:

1. Declaração Universal dos Direitos Humanos;
2. Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos;
3. Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais;
4. Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia;
5. Declaração de Friburgo sobre os Direitos Culturais.

Se a razão de ser de uma política democrática é a liberdade, e o seu campo de experiência é a ação, é também porque “a política baseia-se no facto da pluralidade humana [...] ocupa-se da coexistência e da associação de homens diferentes” (Harendt, 2007: 83).

Não se pode dizer que a sociedade, como quer que se apresente, seja livre. A sociedade, no máximo, pode tornar a liberdade possível. Se a “liberdade de” significa ausência de coerção, a “liberdade para” traduz a possibilidade de autorrealização em concretas condições existenciais. A liberdade existe apenas onde as pessoas aproveitam a oportunidade para a autorrealização. A única função da política, como reguladora do contexto, consiste em remover e abolir todas as coerções da liberdade, deixando aos indivíduos a possibilidade exclusiva da autorrealização (Fernandes, 2014: 159).

Em sociedades supostamente democráticas como a portuguesa, é salutar e desejável que as práticas culturais contenham intrinsecamente um “elemento de confrontação inevitavelmente crítico do *status quo* e da totalidade das suas instituições” (Adorno, 2003: 117), incluindo as formas de “culturas alternativas”, “contra-culturas” e “sub-culturas”.

Na perspetiva informada dos constitucionalistas portugueses, as modernas constituições dos Estados democráticos e de direito implicam a garantia da liberdade cultural, pluralismo e divisão de poderes, de acordo com o paradigma da “cultura aberta” para uma “sociedade aberta”, o que obriga o Estado, nas suas mais diversas escalas e instituições, a considerar tanto as posições dominantes com as minoritárias. Consequentemente, é inadmissível confundir-se “Estado de Cultura” com “Cultura de Estado”, pois, “não cabe aos poderes públicos a manifestação de “gostos” estéticos ou de preferências culturais, antes compete a

¹⁰ CRP - Artigo 43.º (Liberdade de aprender e ensinar): 1. É garantida a liberdade de aprender e ensinar; 2. O Estado não pode programar a educação e a cultura segundo quaisquer directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas.

adoção de políticas de cultura abertas e plurais – a a prová-lo, lá está a proibição dos poderes públicos de “programar” a cultura “segundo quaisquer diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas” (Artº 43º, nº 2 da CRP)” (Silva, 2007: 60). Esta norma Constitucional é absolutamente clara no sentido de afirmar que um protagonismo da “cultura estadual”, i.e., mediatizada pelo Estado, é de facto inconstitucional. Todavia, como se pode facilmente constatar, existem entidades com peso e responsabilidades acrescidas no campo cultural que preconizam e atribuem prémios de “melhor programação autárquica” (Sociedade Portuguesa de Autores)¹¹.

A realidade mostra-nos, de forma clara e evidente, que a “administração cultural” instalada nos municípios resvala, de forma transversal, para uma ocupação abusiva da esfera pública cultural, promovendo monoculturas de entretenimento e de lazer, com gradações mais ou menos sofisticadas ou contemporâneas, as quais salientam a concretização de um “punhado de acções espectaculares (*panis et circenses*) com forte impacto mediático, mas de cariz efémero, sem efeitos de meio transformadores” (Lopes, 2007: 58).

No âmbito das políticas culturais em Portugal e da qualidade democrática da governância municipal, os sucessivos estudos são de facto pouco animadores, mantendo-se patente a reprodução dos vícios da “baixa política”. Vejamos o que dizem alguns investigadores:

1. Clientelismo: Corre-se sempre o risco de a intervenção do Estado nesta área implicar, tal como no mecenato privado, a criação de clientelas e de propensões ao carreirismo, grandemente incompatíveis com a independência crítica que, justamente, se julga vantajoso fomentar (Pinto, 1997: 6); Os laços entre os eleitos e as associações, coletividades e outros agentes culturais – e, num contexto fortemente presidencialista e dependente de redes relacionais (Silva, 2007:23); A pessoalização do poder acentua-se, agindo os eleitos em função de lógicas carismático-demagógicas, clientelares e partidárias e prevalecendo, por isso, uma visão paternalista (Santos, 1998: 178);
2. Consensualismo: Invocando interesses concelhios supostamente evidentes e, portanto, imunes à divergência de opinião, [o executivo] tende a despolitizar a acção camarária, apresentando-a como uma espécie de emanção necessária da vontade comunitária (Silva, 2007:18); O que sobressai é a reduzida capacidade da acção cultural autárquica para gerar diferenciação ideológica – e, portanto, identificação política, no sentido forte da palavra, isto é, como um conjunto de opções, objetivos e processos que se distingue e confronta com conjuntos alternativos (Silva, 2007:24);
3. Presidencialismo: Sistema de governo de pendor presidencialista e em que a maioria tem grande capacidade de cooptação das oposições (Silva, Babo e Guerra, 2015: 112); confere um poder reforçado ao presidente de câmara na construção e gestão das redes sociais e na definição de finalidades e procedimentos (...) a acção política local é muito personalizada na figura do presidente de câmara (Silva, 2007: 27); os actores locais são mais receptores do que formadores de políticas (Silva, 2007: 26);
4. Fontismo cultural local: uma pronunciada e contínua ênfase no investimento na obra física – e na obra física de média e grande dimensão, o “equipamento cultural”. Aproveitando o acesso a fundos nacionais ou europeus e mesmo desviando para aí alguns dos recursos próprios do orçamento municipal... (Silva, 2007: 22).

Numa época marcada por inúmeras ameaças ao bem-estar das populações, poder-se-ia expandir a realização de projetos culturais disruptivos, que interrogassem a realidade e as condições de vida existentes, através de uma programação cultural irreverente, em vez da monótona apresentação de uma agenda de eventos aos fins-de-semana, como se a fruição

¹¹ <https://www.spautores.pt/destaques/premio-autores-2018-nomeados>.

cultural estivesse condicionada pelo ritmo imposto pelo capitalismo aos cidadãos em geral. Na conceção da vitalidade cultural que aqui defendemos, é notória a urgência de mudar o padrão ornamental da cultura para uma convivência cultural quotidiana no sentido mais amplo, e não apenas no sentido artístico ou patrimonial dos sectores legitimados pelo Estado através das respetivas políticas e instrumentos sectoriais.

Ao invés, de modo a contrariar a neutralização da diversidade do campo cultural, a CRP é bem explícita no que se refere ao desígnio da democracia participativa, visando a realização da democracia económica, social e cultural: Todos têm direito à fruição e criação cultural.¹² Porventura haverá quem pretenda eliminar a conjugação aditiva com a criação (produção) de cultura, talvez porque exija uma maior cumplicidade com a democracia, no direcionar dos meios e dos serviços municipais de cultura para a existência plena de condições de criação e produção cultural em larga escala.

De acordo com um estudo dos pelouros da cultura em Câmaras Municipais da Região do Norte, realizado por José Cabral Ferreira (2001), a maior parte das Câmaras não têm desenhado para a cultura um programa político que vise uma estratégia a ser prosseguida de acordo com os objetivos do sector cultural e se integra na estrutura política global, e aquilo que existe é “normalmente uma lista de objetos, em busca de investimentos orientados para coisas...”.

Uma política cultural democrática não trata apenas de “satisfazer necessidades” dos consumidores culturais (fruição), mas tem, obrigatória e Constitucionalmente, de estimular as condições necessárias para que os cidadãos possam criar e gerir as suas próprias práticas, necessidades e desejos culturais, no contexto concreto das suas vidas. De outro modo, poder-se-ia ironizar, afirmando, que o direito de fruição cultural é “democrático”, enquanto o direito de criação seria “aristocrático” (Silva, 2007: 96).

Do mesmo modo, não cabe ao Estado, nem ao Direito, decidir quem é ou não artista, e muito menos o que é ou não é cultura. O direito fundamental à cultura deve ser entendido como “proibição de definição”, que impede o Estado de impor como certas, verdadeiras e boas as suas conceções sobre arte e cultura.

Se não é incumbência do Estado proceder à definição de Cultura, a sua missão deve focar-se na criação de mecanismos “procedimentais” para que os “conflitos culturais” possam ter lugar. Assim, podemos facilmente entender, que os direitos fundamentais à cultura, possuem uma dimensão prospetiva ou programática, que obriga os poderes públicos a actuar de forma continuada e permanente. A cultura, enquanto dimensão da política pública, deve então ser entendida como capacidade ativa de cidadania, ou seja, como conjunto de ferramentas simbólicas e conceptuais que os membros de uma comunidade necessitam para lidar com a realidade difusa do mundo contemporâneo e para elaborar novas estratégias de vida coletiva.

No vocabulário jurídico, entende-se que o estatuto constitucional dos indivíduos no domínio cultural – *status activus culturalis* – não pode continuar a ser meramente negligenciado (direito negativo), mas implica a necessidade de intervenção explícita (direito positivo) dos poderes públicos para a realização plena da cidadania cultural, a qual consiste primordialmente no reconhecimento da participação das pessoas na definição de políticas públicas de cultura – *status activus processualis culturalis* (Silva, 2007: 93-94).

Consequentemente, a derradeira finalidade de uma política cultural é a de enriquecer o universo de possibilidades abertas às práticas culturais dos cidadãos, intervindo sobre as condições que estruturam essas mesmas práticas:

- Condições de produção e criação cultural em sentido amplo;

¹² CRP - Artigo 78.º (Fruição e criação cultural).

- Condições de conservação, preservação e valorização do património cultural material e imaterial;
- Condições para a valorização da produção plural dos conhecimentos e das subjetividades;
- Condições de acessibilidade universal aos serviços e bens culturais, e do entendimento político da cultura como bem comum;
- Condições de fruição das artes e dos equipamentos culturais em diferentes modalidades e intensidades;
- Condições de participação ativa dos cidadãos no desenho das políticas públicas como imperativo cívico categórico...

José Madureira Pinto, assume uma posição idêntica, defendendo que ao Estado cabe o papel insubstituível, se bem que não exclusivo, na promoção de espaços de autonomia para a produção intelectual e artística, mas simultaneamente a exigência intrínseca de auto-limitação do seu poder, criando-se assim organizações independentes da administração pública, as quais desenham e implementam programas políticos de forma igualitária e transparente (Pinto, 1997: 4-7).

Sendo a democracia cultural considerada como uma “política cultural de terceira geração” (Lopes, 2007: 95), articulada em torno do direito à cultura e da “dignificação da vida social, política e ontológica de todas as linguagens e formas de expressão cultural e na abertura de reportórios e de campos possíveis” (2007: 97), torna-se um poderoso instrumento de reversão das inércias inibidoras de uma participação mais organizada e prolífica na vida social.

De acordo com Pier Luigi Sacco (2011), a importância estratégica da participação cultural ativa - no contexto da sua noção de *Cultura 3.0* - é intrínseca à expansão massiva do grupo de produtores culturais. Deste modo torna-se cada vez mais difícil distinguir entre produtores e consumidores culturais, é pois uma questão de permuta de papéis sociais que cada indivíduo assume no seu quotidiano. A característica fundamental da *Cultura 3.0* é, portanto, a transformação do público - que ainda é a referência da fase "clássica" da indústria cultural - em praticante, definindo assim um novo, difuso e cada vez mais múltiplo conceito de autoria e de propriedade intelectual. O acesso a novas experiências estéticas e culturais é um desafio e um incentivo para que os indivíduos desenvolvam as capacidades criativas na assimilação e manipulação dos conteúdos culturais a que vão sendo expostos. Assim, não se trata somente de ouvir música, mas de tocar e compor; nem apenas de ler textos, mas de os escrever, e assim por diante.

No contexto de uma estratégia mais coerente e abrangente de coordenação sistemática de todos os efeitos indiretos da produção e da participação cultural, seria pertinente orientar projetos de revitalização cultural com uma abordagem proativa e participada, que promovam e desenvolvam as competências locais, os meios criativos e os recursos endógenos, ao invés de se concentrar em formas de entretenimento instrumentais e inautênticas para benefício da suposta competitividade territorial e das “classes criativas”. É também a partir desta visão que a *Agenda 21 da Cultura (A21C)* encoraja as cidades a elaborar estratégias culturais a longo prazo e convida o sistema cultural a influenciar os principais instrumentos de planeamento urbano.

O papel das bibliotecas públicas na emancipação da sociedade civil

As cidades e um mundo melhor construí-los-emos nós, os cidadãos. Acabou-se a submissão (Toni Puig, 2004: 53).

Na designada sociedade da informação e do conhecimento, e do capitalismo cognitivo, semiótico ou cultural, os serviços públicos de cultura desempenham um papel fundamental na resistência semiótica, mas também no agenciamento coletivo, crítico e criativo.

As instituições públicas existentes carecem ser reconfiguradas de modo a satisfazer novos anseios populares, pois, a cada fase de desenvolvimento da democracia deve corresponder a sua própria forma de organização. As práticas contra-hegemônicas, e em particular as práticas artísticas, têm uma relação necessária com a política, porque, ou contribuem para a reprodução do consenso operacional que cristaliza uma determinada hegemonia, ou o desestabilizam.

É necessário e justo salientar que múltiplos atores sociais, do campo acadêmico ao artístico, vêm debatendo e publicitando desde há muito, a necessidade de efetuar transformações nos paradigmas que regem a governância municipal de cultura. Em suma, diríamos identicamente que não corresponde à verdade que se possam imputar responsabilidades relativas à estagnação das políticas culturais no quotidiano das nossas cidades, a uma hipotética inércia dos produtores de conhecimento social.¹³

O conhecimento produzido, os debates e as respetivas opiniões encontram-se amplamente divulgados e acessíveis a qualquer decisor político ou técnico da administração pública. Logo, só nos resta concluir que a incapacidade para lidar com a dimensão participativa, sistemática e regular, na gestão estratégica e democrática das cidades, tem levado à persistência de um "consenso operacional" produzido e controlado pelas instâncias de poder (político, mediático ou institucional), favorecendo a reprodução das desigualdades e alimentando a inércia no mundo social.

Como repercussão, a escala territorial mais apta à interatividade sociocultural (o território local), transforma-se paulatinamente em geradora e acumuladora de alheamento e passividade entre cidadãos (*interpassividade*). Os indivíduos e os coletivos da cidade percecionam-se assim como meros utilizadores de um serviço pronto-a-consumir, reduzindo ao mínimo o investimento na construção de relações sociais críticas, plurais, autónomas, dissonantes e criativas.

Num contexto municipal marcado pela gritante ausência de políticas culturais que promovam a democracia e a cidadania cultural, salvo honrosas exceções, haverá duas tendências mais evidentes para lidar com as circunstâncias. Segundo Chantal Mouffe (2014), a pergunta fundamental é esta: devem as práticas culturais críticas estar envolvidas com as actuais instituições, com o objetivo de transformá-las, ou devem abandoná-las por completo?

Uma das respostas, com bastante influência no meio cultural de pendor mais autonomista, defende uma estratégia de retirada das instituições, alegando que as instituições do mundo da cultura se tornaram cúmplices do sistema vigente, e que já não podem fornecer um espaço para a diversidade e para a crítica. Esta estratégia de êxodo vem tendo diferentes versões, de acordo com a forma como o futuro é perspectivado, mas todas elas afirmam que as estruturas tradicionais de poder organizadas em torno do Estado e da democracia representativa tornaram-se irrelevantes e que vão desaparecer progressivamente.

Chantal Mouffe (2014), na esteira da filosofia política desenvolvida com Ernesto Laclau (1985), defende que, em oposição à via do êxodo, as práticas artísticas e culturais são aquelas que, de várias formas, ainda desempenham um papel no processo de

¹³ Vide, entre outros: Cabral (2001); Ribeiro (2007) e Esteves (2003).

desarticulação/rearticulação que caracteriza a política contra-hegemónica. Estas práticas pretendem atingir as instituições que petrificam a hegemonia dominante, a fim de provocar transformações democráticas profundas na forma como elas funcionam. Assim, defende-se que as práticas culturais críticas não contribuem para a luta contra-hegemónica abandonando o terreno institucional, mas apenas envolvendo-se nele com o objetivo de fomentar a dissensão e criar uma multiplicidade de espaços agonísticos, onde o consenso dominante é desafiado e onde novos modos de identificação são disponibilizados.

No sector artístico, verifica-se que as múltiplas práticas de ativismo (*artivismo*) podem ser vistas como um movimento contra-hegemónico, contrárias à apropriação capitalista da estética a fim de garantir o seu processo de valorização nos mercados da arte. Nas suas múltiplas manifestações, o *artivismo* pode certamente ajudar a subverter o senso comum pós-político, e fomentar a criação de novas mentalidades.

A correlação existente entre políticas e práticas é esclarecida por Jacques Rancière (2005: 13) através do conceito de “partilha do sensível”, designadamente se nos referirmos à proximidade entre práticas estéticas e práticas políticas, como “um modo de articulação entre maneiras de fazer, formas de visibilidade dessas maneiras de fazer e modos de pensabilidade das suas relações, implicando uma determinada ideia da efetividade do pensamento”.

Na base da política, ainda segundo Rancière (2005: 17), reside uma “estética” que não deve ser aqui entendida no sentido de uma captura perversa da política por uma vontade de fazer arte. A política “ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo”. É, portanto, esta partilha do sensível (do visível e do dizível) que reúne políticas e práticas num mesmo *continuum* da produção de um regime ético do viver em comum.

O contributo das bibliotecas públicas para a emancipação da sociedade civil, na defesa e aprofundamento da democracia cultural, tal como o de qualquer outro equipamento, instituição ou serviço público de cultura, só pode ser o de favorecer na sociedade civil a expansão das práticas culturais autónomas, críticas e plurais dos cidadãos, individualmente considerados ou organizados em grupos que partilham interesses comuns.

As bibliotecas só se cumprirão enquanto meios culturais ao serviço do desenvolvimento humano enquanto liberdade (Sen, 2003), se forem igualmente catalisadoras da vitalidade cultural dos territórios. As bibliotecas não têm de ser subservientes a nenhuma tutela administrativa, e muito menos subjugadas por lógicas consensuais e instrumentais dos aparelhos partidários que dominam as autarquias. As bibliotecas, enquanto instituições públicas, são meios ao serviço do soberano (o povo), visando, na parte que lhes compete, a “realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa” (CRP, Artigo 2.º).

Aliás, não pensamos ser adequado, na nossa contemporaneidade atravessada pelo paradigma das redes e dos ecossistemas, da interdependência, da interdisciplinaridade ou da hibridação, olhar para os equipamentos culturais como espaços monodisciplinares, ou sequer espaços fechados sobre si mesmo. O museu apresenta cinema e concertos dentro de si e na rua, o teatro é palco para a ciência e o debate filosófico e as bibliotecas podem cruzar-se com toda a atividade humana. Assim, a Biblioteca deve assumir-se como centro nevrálgico e energético da sapiência em todas as suas vertentes, da ética à estética e à política. Se existe instituição social e humana que deva estar ao permanente serviço da democracia e da sociedade civil, é a biblioteca. Nesse sentido, não devíamos esquecer o aviso de Goya, e até talvez mesmo torná-lo num adágio popular: *o sono da razão produz monstros*.

Apesar da imaginação e da criatividade dar azo a uma imensa panóplia de ações e projetos, identificamos, desde já, algumas ideias que possam funcionar como estratégias de dinamização sociocultural dos municípios, através das bibliotecas:

- Criação de Centros de Documentação e Investigação / Redes de Conhecimento Local, em parceria com entidades culturais que desenvolvam investigação nos mais diversos âmbitos do conhecimento;
- Desenvolvimento de atividades promotoras da literacia visual, digital e tecnológica (imagem, computação, redes, tecnologias, etc.);
- Favorecer e acolher as iniciativas cidadãs, designadamente propostas de programação e de desenvolvimento de projetos complementares às áreas de intervenção da biblioteca;
- Incentivar – fornecendo meios e recursos logísticos – a realização de atividades “alternativas” de produção de conhecimentos críticos: Oficinas, laboratórios, criação e difusão de fanzines (publicações *do it yourself*), concursos literários, abertura de candidaturas públicas e transparentes, ciclos de cinema, residências artísticas e culturais que promovam cruzamentos disciplinares, clubes de leitura autónomos, encontros literários, sessões de *poetry slam*, leitura encenada, gravação de projetos sonoros e audiovisuais, etc.;
- Dinamizar o espaço público urbano: co-organizar feiras do livro e de publicações pulverizadas pelos bairros, bibliotecas de rua para troca direta de livros, colaborar e incentivar projeto com outras artes (performativas, visuais, arquitetura efémera,...) no espaço público.

No livro, *Conversación com Manuel Borja-Villel* (Expósito, 2015), verificamos como as práticas artísticas promovidas ao longo das últimas décadas sob a designação de *Crítica Institucional*, se tornaram úteis na construção do pensamento e da ação crítica no questionamento da obediência absoluta e da submissão dos sujeitos às formas autoritárias de governação. Fundamental na ideia de “práticas instituintes” é a confrontação com o “democratismo”, que por um lado representa o dispositivo global de manutenção de monopólios de poder (político, militar, financeiro) sob uma aparência superficial (mediática) de democracia cada vez mais exposta nas suas verdadeiras intenções de dominação e controle, e, por outro, está incorporado nas nossas estruturas de pensamento individuais e coletivas. Trata-se portanto de abrir espaços de crítica e criação, momentos constituintes da democracia fundamental, logo, da democratização de todos os campos, da ecologia, economia, política, arte, etc. Nas palavras de Borja-Villel, referindo-se ao MACBA (Expósito, 2015: 107):¹⁴

O museu tinha que interpelar toda a gente e ser interpelado por ela, ativá-la. A questão era portanto como dotar de agência a cidadania, oferecer-lhe mais ferramentas para colocar em prática a sua capacidade política através da instituição. E, por sua vez, a instituição, ao implicar-se num processo instituinte, iria sendo modificada ao deixar-se afetar por este tipo de interações.

¹⁴ <https://www.macba.cat/es/inicio>.

Notas complementares - casos de projetos paradigmáticos

Para finalizar, gostaríamos ainda de mencionar alguns projetos que se situam no cruzamento entre as artes, a cultura e a cidade, os quais, de diversos modos, remetem para a leitura e a literacia, bem como para a democracia cultural e a emancipação da sociedade civil.

Gramsci Monument

O monumento¹⁵ dedicado ao filósofo Antonio Gramsci é o quarto e último da série de monumentos de Thomas Hirschhorn dedicados a grandes escritores e pensadores, iniciados em 1999 com o *Spinoza Monument* (Amsterdão, Holanda), seguido pelo *Deleuze Monument* (Avignon, França, 2000) e o *Bataille Monument* (Kassel, Alemanha, 2002). Este quarto monumento presta homenagem ao teórico político italiano e marxista Antonio Gramsci (1891-1937), famoso pelos seus *Cadernos e Cartas da Prisão* (1926-1937). O Monumento Gramsci é baseado na vontade de Hirschhorn de provocar encontros, criar um espaço cultural livre e pensar Gramsci hoje. Estes “monumentos” convocam o amor à sabedoria (filosofia), o amor à infinitude do pensamento, resultando em espaços arquitectónicos temporários criados, dinamizados e ocupados com a participação ativa das comunidades.



Gramsci Monument (Thomas Hirschhorn, Nova Iorque, 2013)

Livros e leitura no espaço público autogerido

As “bibliotecas de rua” são já conhecidas entre nós, mas a sua expansão geográfica até aos bairros mais periféricos, através de projeto elaborados e geridos pelos cidadãos, ainda não tem a expressão e o impacto o que poderiam ter. De modo a suscitar a apropriação e o protagonismo da sociedade civil, neste e noutros tipos de iniciativas correlacionadas, as bibliotecas municipais poderiam servir como elementos catalisadores da ação coletiva.

Dado que hoje em dia é extremamente fácil conhecer a localização geográfica através de GPS e de mapas digitais, seria também pertinente produzir um *website* que indicasse a localização das “bibliotecas” e os livros que as pessoas depositavam ou gostariam de

¹⁵ <http://moussemagazine.it/thomas-hirschhorn-gramsci-monument/>; <http://www.thomashirschhornwebsite.com/>.

encontrar. Deste modo, fomentar-se-ia o diálogo e a partilha em torno da literatura e do conhecimento.

Um caso emblemático é o projeto *Estante Pública*,¹⁶ inaugurado em Porto Alegre em julho de 2008, concebido e implementado pelo *Grupo Nômade*. Com estruturas simples de estantes para livros, e sem nenhum tipo de controlo de poderes públicos ou privados, as estantes ocupam o espaço normalmente usado para publicidade nas paragens dos autocarros, permitindo assim o livre intercâmbio de livros entre as pessoas, promovendo desse modo a autogestão coletiva de um projeto cultural que conjuga mobilidade, urbanismo e literatura.



Minibiblioteca numa paragem de autocarro, Porto Alegre, Brasil (Fotografia: Estúdio Nômade)

Feiras, oficinas e festivais literários

O desenvolvimento da esfera literária ao nível local, numa sociedade aberta e interdisciplinar, requer a promoção das mais diversas formas literárias e de projetos editoriais independentes, onde a liberdade de expressão, de pensamento e criatividade possam de facto o ganhar existência pragmática no quotidiano das cidades, para além da monocultura promovida pelo *status quo*. Desde a manufatura baseada no *Do It Yourself* (DIY), às iniciativas de *Slam Poetry* ou a existência de coletivos de edições alternativas e independentes. Em contextos

¹⁶ <https://vimeo.com/channels/estantepublica/>.

com menor diversidade cultural e menor pendor cosmopolita, o papel das bibliotecas públicas passa muito por ativar e fazer parte de uma estratégia de ação coletiva plural que provoque a emergência de iniciativas cívicas e da democracia cultural.

A *Feira Laica*¹⁷ foi criada como evento de edição independente, tendo como objetivos basilares a promoção da bibliodiversidade e a luta contra o monolitismo cultural. Partindo de uma lógica de espaço de comércio cultural alternativo e justo, deu visibilidade a inúmeros editores independentes, artistas gráficos e artesãos e promoveu diversos eventos geradores: exposições de artes gráficas, banda desenhada, oficinas de serigrafia e tipografia, concertos, publicações, cinema de animação.

O *ZineFestPt*¹⁸ propõe uma série de atividades que em torno do panorama artístico contemporâneo nesta área, designadamente o universo da micro-edição, da auto-edição, da publicação independente e da cultura alternativa associadas aos livros e sobretudo aos fanzines.

O *Festival Silêncio*¹⁹ assume-se como uma iniciativa local e participativa que convida estruturas, parceiros e artistas a integrarem um programa que, durante quatro dias se dissemina pelo espaço público do Cais do Sodré.

Assembleias comunitárias e novas sociabilidades interculturais

A existência de “assembleias populares” ganhou nova relevância após a crise de 2008 e o aparecimento na esfera pública de movimentos sociais e políticos com o objetivo de resgatar a democracia. Em Espanha, o ano de 2011 foi marcado pelo *Movimento 15-M*²⁰ (Indignados) convocado por diversos coletivos que exigiam uma mudança de sistema político. O movimento *Occupy*, iniciado pelo *Occupy Wall Street*, surgiu a partir da injustiça económica de que 1% dos oligarcas acumula a riqueza equivalente aos 99% dos cidadãos, tendo-se estendido também por diversas esferas culturais, nomeadamente pela dos museus públicos (*Occupy Museums*).²¹

Estas iniciativas, entre outras, demonstram que hoje a exigência da democracia não se pode fazer sem a da democracia cultural e, é nesse sentido, que também as instituições públicas, neste caso, as bibliotecas, são parte integrante da transformação cultural e política necessárias à defesa dos direitos humanos e culturais.

A *Assembleia da Batata*²² (Torres Vedras) acontece numa praça pública e é um processo que visa promover as relações pessoais e coletivas ligadas a diversas esferas de ação, favorecendo assim a criação de massa crítica cívica, bem como a interação, intergeracional e intercultural. Deste modo, a Assembleia da Batata tem como finalidade potenciar a autonomia e a capacidade de intervenção dos mais jovens na vida pública. Pretende igualmente promover o conhecimento e a consciencialização das transformações sociais necessárias para o aprofundamento da democracia participativa nas várias dimensões da política. Cada reunião da assembleia é constituída por diversos componentes: 1) intervenção artística (performativa: circo de rua); 2) criação de um espaço de expressão plástica e a escrita criativa (criação de posters e mensagens visuais) e bancas com informação; 3) debate temático; 4) refeição vegetariana; 5) conclusões e plano de ação. A *Assembleia da Batata* foi incluída no projeto *Iniciativas Locais de Mudança* mapeadas pelo projeto Alternativas.²³

¹⁷ <https://feiralaica.wordpress.com/>.

¹⁸ <https://zinefestpt.wordpress.com/>.

¹⁹ <http://festivalsilencio.com/>.

²⁰ https://es.wikipedia.org/wiki/Movimiento_15-M.

²¹ <http://www.occupymuseums.org/>.

²² <https://www.facebook.com/assembleiadabatata/>.

²³ <https://www.projetoalternativas.org/mapa-de-iniciativas;>

https://docs.wixstatic.com/ugd/dfb657_0af5cc53eed348329b73774186d781c6.pdf.



Assembleia da Batata - Torres Vedras, setembro, 2017 (Fotografia: Eduardo Matoso)

Referências bibliográficas

Agamben, Giorgio (2007), *Crítica do contemporâneo*. Política - Conferências Internacionais de Serralves. Porto: Serralves.

Berardi, Franco (2007), “Schizo Economy”, *SubStance*, #112, 36(1), 76-85.

Berardi, Franco (2010), “Cognitarian subjectivation”, *E-flux journal* #20. Consultado a 17.10.2018, disponível em <https://www.e-flux.com/>.

Berardi, Franco (2012), “Emancipation of the Sign: Poetry and Finance During the Twentieth Century”, *E-flux journal* (39). Consultado a 17.10.2018, disponível em <https://www.e-flux.com/>.

Boutang, Yann Moulier (2011), *Cognitive Capitalism*. Cambridge: Polity Press.

Burroughs, William (1994), *A revolução electrónica*. Lisboa: Vega.

Cabral, Manuel Villaverde (2001), “Democracia e Participação Política”, *Con(m)textos de Sociologia*, (1), 13-17. Associação Portuguesa de Sociologia.

Conselho da Europa (1984), *Declaração Europeia sobre os objetivos Culturais*. Estrasburgo.

Debord, Guy (1991), *A Sociedade do Espectáculo*. Lisboa: Edições mobilis in mobile.

Decreto-Lei n.º 23/2014 de 14 de fevereiro. Diário da República n.º 32/2014, Série I. Presidência do Conselho de Ministros.

- Deleuze, Gilles (1992), Postscript on the Societies of Control. *October*, 59 (Winter), 3-7.
- Deleuze, Gilles; Guattari, Felix (1983), *Anti-Oedipus*. Chicago: University of Minnesota Press.
- Enzensberger, Hans Magnus (1970), “Constituents of a Theory of the Media”, *New Left Review* (64), 13-36.
- Esteves, João Pissarra (2003), *Espaço Público e Democracia*. Lisboa. Edições Colibri.
- Expósito, Marcelo (2015), *Conversación com Manuel Borja-Villel*. Madrid: Ediciones Turpial.
- Fernandes, António (2014), *Para uma Democracia Pluralista e Participativa*. Lisboa: Mundos Sociais.
- Ferreira, José (2001), *O Pelouro da Cultura nas Câmaras da Região do Norte-Oito notas conclusivas dum inquérito por questionário*. Consultado em 15.07.2008, disponível em www.ine.pt.
- Figueiredo, Fernanda (2004), “Rede Nacional de Bibliotecas Públicas: atualizar para responder a novos desafios”, *Cadernos BAD* (1), 61-72.
- Foucault, Michel (1987), *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Foucault, Michel (2010), *A ordem do discurso*. São Paulo: Editora Loyola.
- Gomes, Rui; Lourenço, Vanda (2009), “Democratização Cultural e Formação de Públicos: Inquérito aos “Serviços Educativos” em Portugal”, *OBS pesquisas*, 15. Observatório das atividades Culturais.
- Guattari, Félix (1981), *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo. Editora Brasiliense.
- Haiven, Max (2010), “The Financial Crisis as a Crisis of Imagination”, *Work and Days* 59/60, 183-202.
- Harendt, Hannah (2007), *A promessa da política*. Lisboa: Relógio D’Água.
- Jameson, Fredric (1997), “Culture and Finance Capital”, *Critical Inquiry*, 24(1), 246-265.
- Klein, Naomi (2007), *The Shock Doctrine*. Canada: Random House.
- Laclau, Ernesto; Mouffe, Chantal (1985), *Hegemony and socialist strategy*. Londres: Verso.
- Latour, Bruno (2011), “Networks, Societies, Spheres: Reflections of an Art-Network Theorist”, *International Journal of Communication*, (5), 796 –810.
- Lefèbvre, Henri (2012), *O direito à cidade*. Lisboa: Livraria Letra Livre.
- Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto. Diário da República n.º 157/2018, Série I. Assembleia da República
- Lopes, João Teixeira (2007), *Da democratização à democracia cultural*. Porto: Profedições.

- Marcuse, Herbert (2011), *O homem unidimensional*. Lisboa: Letra Livre.
- Marx, Karl (1977), *A Contribution to the Critique of Political Economy*. Moscovo: Progress Publishers.
- Matoso, Rui (2016), *Imagem-Operativa/Imagem-Fantasma: A percepção sintética e a industrialização do não olhar em Harun Farocki*. Atas do V Encontro Anual da AIM, 66-78. Lisboa: AIM. Consultado em 12.08.2018, disponível em <http://aim.org.pt/atas/pdfs/Atas-VEncontroAnualAIM-07.pdf>.
- Matoso, Rui (2014), “Que opções para uma política cultural transformadora?”, *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 2(2), 144-164.
- Mouffe, Chantal (2014), *Estratégias de política radical e resistência estética*. Consultado em 02.08.2017, disponível em <http://www.esquerda.net/artigo/estrategias-de-politica-radical-e-resistencia-estetica/33990> [Tradução de Rui Matoso].
- Moura, Maria José (coord.) (1986), *Leitura pública: rede de bibliotecas municipais*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura.
- Negri, Antonio e Hardt, Michael (2000), *Império*. Rio de Janeiro: Record.
- Oosterbeek, Luiz (2007), “Ordenamento cultural de um território”, in Portugal, José e Marques, Susana (Coords.), *Gestão Cultural do Território*. Setepés, pp- 28-38.
- Partido Socialista (1995), *Estados gerais para uma nova maioria*. Consultado a 17.10.2018, disponível em http://www.forumcidadania.org/politica/partidos_files/gerais.htm
- Pinto, José Madureira (1997), “Democratização e desenvolvimento cultural sustentado: O papel do Estado”, *OBS* (1), 4-7.
- Puig, Toni (2004), *Se acabó la diversion*. Buenos Aires: Paidós.
- Rancière, Jacques (2006), *Hatred of Democracy*. Londres: Verso.
- Ribeiro, Arnaldo (2007), *Governância Municipal. Cidadania e governação nas câmaras municipais portuguesas*. Viana do Castelo: CER - Centro de Estudos Regionais.
- Sacco, Pier Luigi (2011), *Culture 3.0: A new perspective for the EU 2014-2020 structural funds programming*. Working Group on Cultural and Creative Industries.
- Santos, Boaventura Sousa (2002), *Reinventar a democracia*. Lisboa: Fundação Mário Soares e Gradiva Publicações.
- Santos, Boaventura Sousa (2016), *A Esquerda do futuro: uma sociologia das emergências*. Consultado a 3.11.2018, disponível em <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-Esquerda-do-futuro-uma-sociologia-das-emergencias-/4/35257>.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) (2004), *Políticas Culturais e Descentralização*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) (1998), *As Políticas Culturais em Portugal*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.

Sen, Amartya (2003), *O desenvolvimento como liberdade*. Lisboa: Gradiva.

Silva, Augusto; Babo, Elisa Pérez; Guerra, Paula (2015), “Políticas culturais locais: contributos para um modelo de análise”, *Sociologia, problemas e práticas* (78), 105-124.

Silva, Vasco Pereira da (2007), *A Cultura a que tenho direito*. Coimbra: Almedina.

Stiegler, Bernard (2004), *De la misère symbolique 1: L'époque hyperindustrielle*. Paris: Éditions Galilée.

UNESCO (1994), *Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas*. Consultado a 02.11.2018, disponível em <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>.